

CARLOS ALBERTO ALMEIDA CERQUEIRA JUNIOR

**AS DIFERENTES INTENSIDADES DA PRIMAVERA ÁRABE
SOBRE OS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA
ÁFRICA: OS CASOS DA TUNÍSA E DO EGITO**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Norma Breda dos Santos

Brasília

2012

RESUMO

A recente onda de protestos que tem ocorrido no Oriente Médio e no Norte da África, também conhecida como Primavera Árabe, tem promovido profundas mudanças na região. A queda de regimes autoritários como o de Ben Ali na Tunísia, Hosni Mubarak no Egito entre outros, marca o fim de uma era de repressão política, violações de direitos humanos e privações de liberdades. Somados a esse contexto político, crises econômicas, desemprego, falta de prestação de serviços públicos básicos como saúde, educação e moradia, motivaram a população da região a protestar contra a inércia governamental e exigir mudanças.

Produto de um arranjo franco-inglês do início do século XX, os países da região foram estabelecidos através de uma delimitação de fronteiras que negligenciou critérios básicos para essa divisão. Tribos rivais, culturas e religiões por essência conflitantes foram reunidas num mesmo território, estimulando rivalidades que permanecem até hoje. A repulsa à dominação europeia estimulou um poderoso sentimento nacionalista, e a combinação desses fatores desencadeou o início dos movimentos de independência. Os novos governos logo se mostraram corruptos e ineficientes, e uma série de golpes de estado implantou ditadores, cuja aparente vitaliciedade está sendo amplamente questionada pela Primavera Árabe.

ABSTRACT

The recent wave of protests that have been occurring within the Middle East and in Northern Africa, namely: Arab Spring, have been promoting deep changes within the regions. The fall of authoritarian regimes such as Ben Ali's in Tunisia, Hosni Mubarak's in Egypt, among others, marks the end of an era of political repression, human rights violations and restricted liberty. In addition to this political context, economic crises, unemployment, the lack in providing basic public services such as health, education, housing, motivated the population of the region to protest against the governmental inertia and demand for changes.

Product of a Franco-English arrangement from the early twentieth century, countries in the region were established through a demarcation of borders that neglected basic criteria for its division. Rival tribes, cultures and religions essentially conflicting were put together in the same territory, encouraging rivalries that remain till today. The revulsion against European domination has stimulated a strong nationalist sentiment, and the combination of these factors sparked the beginning of the independence movements. The new governments soon proved to be corrupt and inefficient, and a series of coups deployed dictators, whose apparent tenure is being widely questioned by the Arab Spring.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 PANORAMA HISTÓRICO DOS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

1.1 A PARTILHA MÉDIO-ORIENTAL NO PÓS-IMPÉRIO OTOMANO E O NEOCOLONIALISMO EUROPEU

1.2 ASCENÇÃO E DECADÊNCIA DA DOCTRINA PAN-ARABISTA

1.3 INDEPENDÊNCIAS E GOLPES DE ESTADO

2 A PRIMAVERA ÁRABE

2.1 CAUSAS

2.2 PANORAMA GERAL

2.2.1 Monarquias Árabes

2.2.2 Repúblicas Árabes

3 ESTUDOS DE CASO: TUNÍSIA E EGITO

3.1 TUNÍSIA

3.2 EGITO

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

INTRODUÇÃO

Os contornos dos países do oriente médio tais como conhecidos hoje remontam à queda do império otomano no início do belicoso século XX. Muitas das tribos e povos que antes estavam sob a tutela otomana, não dispunham de “tecnologia social” para organizar-se em torno da criação de um novo estado, muito menos para estabelecer relações internacionais.

Diante do apetite europeu por novas zonas de influência, as províncias médio-orientais representavam um banquete, e não demorou, para que colônias, protetorados, e até mesmo mandatos da recém-fundada Liga das Nações, fossem estabelecidos na região.

No entanto, no momento da repartição dos territórios, não foram levados em conta critérios básicos, e tribos rivais, culturas e religiões por essência conflitantes foram reunidas num mesmo território. Ao invés de promover a harmonização desses grupos, as potências europeias estimularam rivalidades e conflitos, no intuito de perpetuar seu domínio sob o pretexto de garantir a ordem.

A repulsa à dominação europeia estimulou um poderoso sentimento nacionalista, e a combinação desses fatores desencadeou o início dos movimentos de independência. Quase simultaneamente os territórios deram origem a países, que já nasciam comprometidos por arranjo fronteiriço que negligenciava identidades nacionais e é raiz da maior parte dos conflitos que assolam a região até hoje. Dessa forma, minorias xiitas foram forçadas a submeter-se a governos sunitas; cristãos maronitas e muçulmanos viram-se debaixo da mesma soberania; os curdos espalhados por diferentes países foram condenados a viver sempre como minoria; e como tempero final o estabelecimento de judeus na palestina, apimentava ainda mais esse fervilhante caldeirão étnico.

Ainda sob a euforia nacionalista, o pan-arabismo surge como filosofia dominante, entre as décadas de 1950 e 60, tendo picos de intensa manifestação sobretudo,

através da figura do então presidente egípcio Gamal Abdul Nasser, que convidou potências europeias à guerra, com a nacionalização do canal de Suez, e espalhou a esperança na criação de uma nação árabe unificada, através da fundação da República Árabe Unida, produto de sua breve integração com a Síria.

Logo no pós-independências, regimes autoritários e corruptos consolidaram-se entre os países da região. Ditaduras foram estabelecidas e com elas o descaso dos governantes em relação às necessidades da população. Os crescentes problemas econômicos, sociais e principalmente políticos, tornaram-se uma marca do Oriente Médio e do Norte da África.

No entanto, recentes manifestações populares têm promovido mudanças profundas na região. Os primeiros protestos na Tunísia deram início ao fenômeno que ficou conhecido como Primavera Árabe. Inicialmente os eventos foram tratados como algo isolado, mas enquanto o mundo assistia a queda de Ben Ali após 23 anos de ditadura e a um processo de transição democrática, eclodiram os primeiros protestos no Egito que também derrubariam Hosni Mubarak, após 30 anos de governo. Nos meses seguintes, países como Síria, Iêmen, Bahrein, Marrocos, Jordânia dariam continuidade à onda revolucionária que estava apenas começando.

O presente trabalho se propõe a analisar as diferentes manifestações da Primavera Árabe sobre os países do Oriente Médio e Norte da África, através de uma perspectiva histórica, buscando entender as raízes dos problemas que assolam a região e que motivaram os protestos, partindo da análise de desde a formação desses países, os caminhos trilhados, as opções pelo republicanismo ou monarquismo, até a apreciação dos acontecimentos contemporâneos.

Consagrando a análise do ponto de vista do indivíduo, nesse caso o Estado, o aprofundamento do estudo se dará através do estudo dos casos da Tunísia e do Egito, que por já terem promovido profundas transformações, e já vivenciarem um regime de transição, permitirão uma análise completa do princípio do fenômeno, seu desenvolvimento e dos rumos para um possível desfecho.

1 PANORAMA HISTÓRICO DOS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

1.1 A PARTILHA MÉDIO-ORIENTAL NO PÓS-IMPÉRIO OTOMANO E O NEOCOLONIALISMO EUROPEU

A maior parte dos países do Oriente Médio e Norte da África é produto do lento e gradativo desmembramento do Império Otomano. A perda de controle sobre as províncias por parte da administração central do império deu-se em razão da eclosão de movimentos nacionalistas e da intervenção de potências europeias, visando garantir seus interesses estratégicos, políticos e econômicos na região. A França invadiu e conquistou a Argélia em 1830; a Tunísia em 1881; e conjuntamente com a Espanha, impôs um protetorado no Marrocos em 1912. O Reino Unido anexou Aden – Sul do Iêmen – em 1839; invadiu o Egito em 1882; e assinou uma sequência de tratados de proteção com principados tribais da Península Arábica em 1820, 1853, 1892.

Na concomitância da Primeira Guerra Mundial e da derrocada do Império Otomano, Inglaterra e França celebraram o Acordo Sykes-Picot de 1916. Negociado pelo diplomata francês François Georges-Picot e pelo britânico Mark Sykes, o acordo repartia entre as potências supracitadas as zonas de influência restantes no Oriente Médio, e serviu como base para que ambas se fizessem outorgar os territórios árabes no entre-guerras como mandatos da recém criada Liga das Nações. Os franceses estabeleceriam uma administração na Síria – incluindo o Líbano – e os ingleses na Mesopotâmia – região que hoje corresponde basicamente ao Iraque.

The Middle East that emerged from the post-war negotiations was almost exclusively an Anglo-French preserve. Algeria was a full French colony, Morocco and Tunisia protectorates, and Syria and Lebanon were held as League of Nations mandates. Egypt gained nominal independence in 1922 but continued to be under British influence through a restrictive treaty. Sudan was held as a “condominium” ruled jointly by Britain and Egypt. Aden, or South Yemen, was a British colony, Palestine Transjordan and Iraq were held as mandates, and Britain’s interests in the

Persian Gulf were upheld through treaty arrangements with the ruling families in Kuwait, Bahrain, Qatar, and the sheikdoms known as the Trucial States for the anti-piracy treaties or “truces” signed between them and Britain. Muscat and Oman were similarly under informal British control. Libya, an Italy colony since 1911, was an exception to this Anglo-French division of the region (ROGAN, 2009:33).

Fugindo à regra, Irã, Turquia e Arábia Saudita foram praticamente os únicos países da região que conseguiram escapar da “filosofia da partilha” – o “*divide and rule*” – e se desenvolver independente da dominação política das potências colonizadoras. Iranianos e turcos compartilhavam uma longa história de independência nacional. “They did not experience between the two world wars the political subordination to the West that was the fate of Egypt and the Arab states carved out of the Ottoman Empire” (SMITH, 1968:9)

Os mandatos concedidos tinham a função primordial de preparar o território tutelado para uma futura autodeterminação.

In theory at least, the mandates were meant to be tutorial exercises in self-rule rather than out and out colonial rule. The experience varied widely from country to country, through in each case the combination of colonial state formation and nationalist agitation of independence set in motion the evolution of nation states from the former provinces of the Ottoman Empire. (ROGAN, 2009:36)

Porém o estabelecimento artificial das fronteiras, desconsiderando identidades nacionais, etnias, culturas, crenças e religiões, separando “semelhantes” e misturando “opostos” sabotava na origem o objetivo do mandato e explicitava seu déficit de legitimidade. Segundo Peter Demant (2008:93), o caso do Iraque é um dos mais complicados. Espremido entre os limites das esferas otomanas e persa, teve sua forma territorial definida nos arranjos do pós-guerra, se comprovou uma “aberração demográfica quase inviável”. Fawcett apresenta a mesma constatação ao afirmar: “Yet it is Iraq that has proved the most unsettling to the international system”. (ROGAN, 2009:42)

Ambos os autores fundamentam esse ponto de vista comum através da análise crítica da formação territorial iraquiana. Demant (2008:93) explica que Bagdá dominava uma zona central sunita, as cidades sagradas xiitas de Karbala e Najaf por sua vez sofreram influencia persa. A convivência entre xiitas e sunitas sempre foi marcada por tensões, rivalidades que muitas vezes culminam em conflitos, especialmente pelo fato dos sunitas considerarem os xiitas praticamente como não árabes. No entanto as diferenças não residiam apenas nesse sectarismo intramulçumano, e mostram-se ainda maiores em relação aos curdos, que habitam a província de Mosul – cedida pela Turquia e rica em petróleo – no norte do país.

The decision to create a state of the three Ottoman provinces of Mosul, Baghdad, and Basra laid to rest promises of a state that would have served as a homeland to the Kurdish people. Instead, the Kurds distributed between Turkey, Iran Iraq and Syria, have known periods of intense nationalist agitation and civil war. (ROGAN, 2009:42)

Na prática o interesse no Oriente médio era predominantemente estratégico, para os franceses essa ligação com os países do norte da África era decisiva para manter o domínio na região, e para os ingleses era uma forma de assegurar a comunicação com sua principal colônia, a Índia (DEMANT, 2008:93)

“Geographically it is the borderland between Europe, Monsoon Asia, and Africa south of the Sahara; it is a bridge land between three continents with its heartland or core in the Delta and Canal Zone of Egypt, Palestine, and Lebanon. From here, sea, land, and air routes lead to Europe, East Africa, the lands around the Indian Ocean, and the Far East.” (SMITH, 1968:9)

A falta de compromisso dos colonizadores com os objetivos de unidade e independência do mandato incitou revoltas e levou os territórios à beira da ingovernabilidade. Na tentativa de manter o domínio, os colonizadores estimulavam rivalidades internas, muitas vezes fornecendo armamento e recursos para que as minorias aliadas vigiassem qualquer insurgência sunita. Essas medidas

explicitamente contraditórias ao objetivo de estabilização e unidade repercutem até hoje na dificuldade de integração das minorias com a maioria árabe.

Diante de tamanha instabilidade, a Inglaterra adotou a estratégia da devolução gradual do poder, sob a condição de manter o controle necessário sobre pontos estratégicos. O melhor exemplo de sucesso da estratégia inglesa foi o caso do Egito, onde mesmo após a independência, os ingleses mantiveram sua influência sobre o Canal de Suez.

Por sua vez, a França foi mais resistente à autodeterminação política árabe, o que explica a lentidão do processo de descolonização de suas possessões. O caso sírio é o exemplo mais emblemático da articulação francesa para manutenção de seus domínios. A Síria encontrava-se extremamente dividida entre comunidades étnico-religiosas e sob a liderança dos sunitas, tornou-se o centro do nacionalismo pan-árabe. Numa tentativa de barrar o movimento sírio, e de fragilizar o país, a França separou partes estratégicas do território sírio, habitadas por muçulmanos e anexou ao Líbano, outra região de formação demográfica complexa – druzos e maronitas. As tensas relações entre estes povos serviram como pretexto ideal para que a França promovesse uma intervenção em 1860.

A supradescrita manobra francesa para ampliar o território libanês através da anexação de territórios muçulmanos, além dos objetivos já mencionados, ainda servia de justificativa para manutenção da sua presença na região com o fito de garantir a ordem, em face das tensões criadas pelo rearranjo demográfico. Rogan (2009:42) adiciona que:

French efforts to create the largest possible state for their Maronites clients in Lebanon, and the sectarian system they helped shape to govern the many religious communities that fell within its boundaries, laid the foundation for one of the most violent civil wars in the Arab world (1975-91).

1.2 ASCENÇÃO E DECADÊNCIA DA DOCTRINA PAN-ARABISTA

Durante o período do entreguerras a agitação nacionalista inspirada no modelo de mobilização nacional da Alemanha nazista espalhou-se pelo mundo árabe. Idealizado por Sati al-Husri, Michel Aflaq e Salahuddin Bittar como um nacionalismo étnico, o pan-arabismo tinha como fundamento e objetivo que todos os povos árabes formavam uma única nação além das fronteiras territoriais e que deveriam trabalhar pela unificação política, por mais dispersos que estivessem. O movimento teve seu auge nos anos 1950, chegando ao poder em vários países árabes, como no Egito de Gamal Abdul Nasser, na Síria, e no Iraque do partido Ba'ath.

Nesse contexto de sinergia em prol de uma comunidade árabe única e integrada oportunamente foi criada a Liga Árabe, oficialmente instituída a 22 de Março de 1945, na cidade egípcia do Cairo. Tendo como membros originários Líbano, Egito, Iraque, Síria, Arábia Saudita, Iêmen, Transjordânia – atual Jordânia – e representantes dos árabes palestinos. Posteriormente contou com a adesão de praticamente todos os países árabes à medida que estes foram tornando-se independentes.

Apesar da grande importância simbólica de materializar a unidade árabe, o principal objetivo da Liga era proteger a independência e a integridade dos Estados-membros, o que deu esperanças à Síria e ao Líbano de receberem o suporte árabe para a consolidação de sua independência do domínio francês e consolidou o sentimento de solidariedade árabe pela causa palestina.

Entretanto, apesar das conquistas do momento, o pan-arabismo foi derrotado após um interlúdio que segundo Peter Demant (2008:96-97) pode ser definido como um período de oportunidades perdidas. A doutrina pan-árabe teria sido derrotada em razão de quatro inconvenientes:

1. O monismo: na obstinação por enfatizar que todos os árabes compartilhavam uma história comum e uma mesma língua, as diferenças entre estes foram ignoradas, a algumas vezes até combatidas. A intolerância às diferenças entre

particularidades dos países do norte da África em relação aos do Oriente Médio, por exemplo, impediu que estas fossem harmonizadas e até mesmo integradas;

2. a intolerância às minorias não-árabes, às quais eram negados direitos e proteção, deu a oportunidade para que estas minorias criassem seus próprios nacionalismos, que já nasciam em conflito com a ideologia pan-arabista;
3. o autoritarismo: o partido nacionalista seria o único legitimado para representar os interesses da população, ditaduras sufocaram as instituições e preceitos democráticos, e qualquer posicionamento divergente era duramente reprimido; e
4. o secularismo: a separação do islã-religião do islã-político, era teórica, já na prática quase todas as sociedades árabes são muçulmanas, e nenhuma pode ser considerada como secularizada.

1.3 INDEPENDÊNCIAS E GOLPES DE ESTADO

Entre 1945 e 1967, quase todos os países árabes ainda dominados alcançariam a independência política. Líbano e Síria tiveram suas independências implementadas em 1946, Líbia em 1952, Tunísia e Marrocos em 1956, e os microestados do Golfo Pérsico – Kuwait, Barein, Catar e dos “Estados do Tratado” que se reuniram nos Emirados Árabes Unidos – entre 1961 e 1971. Nesse novo cenário pós-independências prevaleceram três tipos de regime: monarquias conservadoras, ditaduras monopartidárias populistas e regimes islamistas, tendo como característica comum o autoritarismo.

Uma série de golpes de Estado instituiu ditaduras militares ditas seculares: no Egito Mohammed Naguib (1953) logo sucedido por Gamal Abdul Nasser (1954) – precursor e maior defensor do pan-arabismo; no Iraque Abd al-Karim Qasim (1958) sucedido por Saddam Hussein (1978); na Síria: Husni al-Za'im (1949) sucedido por Hafez al-Assad (1970) – pai do presidente em exercício Bashar al-Assad; e na Líbia Muammar al-Qhadafi (1969). Parlamentares atuavam como meras marionetes, os

meios de comunicação em massa eram usados para propaganda do regime, os dissidentes lotavam as prisões e em grande parte dos casos as elites eram secretamente ligadas a minorias, a exemplo dos alauítas na Síria.

No entanto, para surpresa e descontentamento das populações, os novos governos mostraram-se corruptos e incapazes de atender aos anseios populares, negligenciando necessidades básicas que muitas vezes foram supridas pelas mesquitas.

“... o fracasso se lê nas estatísticas de crescimento populacional e de pobreza econômica, na crescente pressão da falta de um recurso cada vez mais raro – a água –, na estagnação dos processos democráticos e no contraste entre os números cada vez maiores de jovens saindo das escolas associados à incapacidade do Estado de gerar empregos. A combinação de derrotas externas e internas com o sentimento de que “todas as receitas já foram tentadas” explica o desgaste e a deslegitimação do Estado árabe secular e a atração do apelo islamista” (DEMANT, 2008:108)

As duras condições de vida demonstravam a explícita incapacidade governamental de assistir à população. E os incessantes conflitos internos revelavam a ineficiência estatal na administração dos interesses dos grupos ideologicamente divergentes. Essa conjuntura é o resultado do processo histórico narrado, e vem desencadeando uma série de protestos, que desde dezembro de 2010 vem depondo ditadores e forçando reformas.

2. A PRIMAVERA ÁRABE

Apesar da heterogeneidade cultural e étnica, os países árabes compartilham um passado contemporâneo de subjugação colonial. O estabelecimento artificial das fronteiras criou fervilhantes caldeirões étnicos, e a maior parte dos Estados enfrenta problemas sociais, econômicos, falta de liberdades políticas e tentativas de reforma são duramente reprimidas. Ditadores, reis e até mesmo algumas minorias ostentam um luxuoso padrão de vida, sustentado com muita corrupção pela máquina de

Estado, também usada militarmente para defesa de seus interesses e para a manutenção do *status quo*.

2.1 CAUSAS

Numa região em que a população é majoritariamente jovem, em idade ativa para trabalhar, o desemprego é um fator de grande frustração social. A agricultura, parcialmente voltada à exportação, mesmo com pouca mecanização, não produz o número de empregos necessários e deságua o excedente humano nas cidades. O oriente médio é hoje, portanto, uma região altamente urbanizada, e “com exceção – parcial e temporária – dos países exportadores de petróleo, a renda estatal tem diminuído e, com isso, reduzido a possibilidade de providenciar benefícios para uma população cada vez mais numerosa” (DEMANT, 2008:260)

Ademais, os baixos índices de analfabetismo permitem constatar a presença de populações conscientes das injustiças políticas e sociais. O Estado que outrora quase sempre garantia uma vaga no funcionalismo público, não consegue mais gerar emprego para os novos formados. Sem emprego fixo, contudo, não há sustento econômico nem prestígio social, e sem essas condições perde-se a oportunidade de negociar um bom casamento e de estabelecer uma família, comprometendo a perpetuação da estrutura social.

Ao mesmo tempo, essa nova geração urbana está exposta diariamente às promessas e “tentações” da modernidade: carros, televisões, filmes e músicas que exaltam todos os luxos de uma carreira bem paga, livre escolha do parceiro matrimonial, viagens e oportunidades de estudo no exterior, individualismo, libertação das restrições.

Dessa forma o ocidente propõe um mundo que simultaneamente atrai, desconecta e escandaliza os jovens muçulmanos. Essa experiência ambígua de atração e repulsão da modernidade os empurra para os braços do islamismo, sobretudo do modelo fundamentalista, que cresce não só pelo fiasco dos modelos anteriores, o

nacionalista-secularista e o islâmico-reformista, mas também por suas próprias forças, já que com a incapacidade do Estado de enfrentar essa crise socioeconômica, movimentos islamistas assumem a responsabilidade pelos serviços elementares que o Estado já não consegue prover: escolas, maternidades, hospitais, esportes, atividades para os jovens, apoio financeiro para os indigentes, que se organizam ao redor das mesquitas. (DEMANT, 2008:259-260)

Os regimes nascidos dos nacionalismos árabes entre as décadas de 1950 e 60 logo se revelaram corruptos e autoritários, indiferentes às injustiças políticas e sociais e foram se convertendo em governos repressores que impediam a oposição política e não supriam as necessidades básicas da população. A falta de liberdade, de infraestrutura e de distribuição de renda, alcançou o limite da sustentabilidade, e levou a população às ruas exigindo mudanças.

Somando-se às circunstâncias acima, a penetração de ideais ocidentais através da internet e da marcante presença de turistas estrangeiros, fez da Tunísia, palco para os primeiros protestos em dezembro de 2010, onde o impopular ditador Ben Ali, foi abandonado pelo exército, e por isso, rapidamente deposto. “As socio-economic problems and the regime’s repression became unbearable for a part of the population, people’s frustration and anger culminated in public unorganised protests against the regime” (PACIELLO, 2011:8)

O desenvolvimento das telecomunicações e de tecnologias que permitem a difusão de idéias e o compartilhamento de notícias praticamente em tempo real, tiveram um papel crucial na mobilização das massas em prol de objetivos comuns. Sem instrumentos como a internet, e suas redes sociais, a primavera árabe não teria tido o mesmo alcance, e talvez o “*big bang*” tunisiano não tivesse nem ultrapassado as fronteiras nacionais.

Diante de fotos, relatos, vídeos, e de coberturas completas por meio da imprensa internacional como a Aljazeera, por exemplo, era quase mandatário que populações de outros países árabes seguissem o exemplo, e fossem às ruas protestarem contra

mazelas que manifestadas em versões sírias, egípcias, líbias, entre outras tantas, também as oprimiam.

2.2 PANORAMA GERAL

Após o breve apanhado histórico sobre a formação do oriente médio, e da análise da trajetória percorrida por cada país, seria no mínimo ingênuo, pensar que a primavera árabe se manifestaria uniformemente. Preliminarmente é importante distinguir a existência de dois grandes grupos, as repúblicas e as monarquias, que tem adotado posturas bem diferentes diante das manifestações populares.

2.2.1 - Monarquias árabes

Apesar da fundamental distinção de perfil entre as repúblicas e monarquias árabes, o estabelecimento desses dois grupos, não define necessariamente apenas dois perfis diante da primavera árabe, mas em linhas gerais, pode-se afirmar que enquanto nas repúblicas os movimentos revolucionários buscam derrubar o regime, as monarquias têm buscado uma série de estratégias para prevenir a ação revolucionária. “While all monarchs have taken steps to appease their citizens, they have tended to do so either by providing them with material benefits or by introducing narrow reforms that give them a limited voice in the governance of their countries” (MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina, 2011:3)

The Arab Gulf states have responded to region-wide demands for accountable government and political freedoms by increased spending on job creation and benefits for their citizens. Some of the smaller Gulf states, like Kuwait, Qatar and the UAE, with wealthier, largely satisfied citizens, have watched events in 2011 from the sidelines. In Oman, Sultan Qaboos responded to labour protests in Sohar and Salalah by increasing wages, expanding social benefits and pledging to create 50,000 new jobs – measures that by the end of May had stabilised the country’s disorders. The Saudi government responded to internal dissent by announcing nearly

\$11 billion in spending on jobs and benefits for young and unemployed citizens. (ROGAN, 2011:6)

No entanto, nem todas as monarquias cederam aos pleitos de seus súditos, no Bahrein, os xiitas denunciam o “apartheid” que vem ocorrendo em pleno Golfo Pérsico. Uma segregação religiosa perpetuada e garantida pela dinastia sunita. A grande maioria xiita do país saiu às ruas para pedir um basta com uma série de protestos que estão sendo violentamente reprimidos.

“the protests set off alarm bells in the other conservative Gulf monarchies – particularly in Saudi Arabia. Fears of Iranian influence among Shia in the Arab Gulf states and the threat of revolutionary movements in other Gulf states drove a Saudi-led intervention that has repressed the reform movement without addressing any of its demands” (ROGAN, 2011:6)

Visando equilibrar a composição étnico-religiosa do país, a dinastia sunita que governa o Barein facilitou a entrada de sunitas oriundos de outros países, concedendo-lhes passaporte, casa e emprego, independente de qualificação. Em contrapartida a vida dos xiitas pouco ou nada mudou. Reformas políticas e sociais estão na base das reivindicações, como o direito de beneficiar-se de políticas públicas igualmente, de escolher o seu líder, de ter acesso ao mercado de trabalho.

No measure has succeeded thus far in breaking the Bahraini cycle of protest and repression. Furthermore, a settlement appears to be a distant prospect as the government increasingly portrays all Shi'i opponents as radicals close to Iran and the protesters harden their position, demanding a transition to a true constitutional monarchy rather than mere political reform. (MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina, 2011:15)

As medidas dos governos da Arábia Saudita e de Omã, e até mesmo a repressão no Barein, são medidas paliativas, que apenas garantiram temporariamente uma pseudo-estabilidade. No longo prazo, esses Estados reconhecem que terão que atender pelo menos parcialmente as demandas populares, promovendo reformas e garantindo ampla participação nas tomadas de decisão e nos processos legislativos. Os mais

otimistas acreditam que uma maior abertura, poderia guiar essas monarquias rumo a um perfil constitucional, dispensando futuras revoluções.

Diferentemente das monarquias do Golfo, que usufruem das benesses de suas reservas de petróleo, Marrocos e Jordânia – monarquias com recursos limitados – tiveram que ceder ao pleito popular para manter seu poder, e deram início a um conjunto de reformas constitucionais. “Both have announced measures to promote the independence of the judiciary, to establish an elected government with the prime minister chosen by the electorate rather than the monarch, and a legislature with genuine law-making powers” (ROGAN, 2011:6) Dessa forma os reis Abdullah II da Jordânia e Mohammad VI do Marrocos conseguiram evitar que manifestações isoladas angariassem simpatias e sucumbissem em movimentos revolucionários dentro de suas fronteiras.

Political measures have ranged from ostensibly bold but in reality limited in Morocco, to hesitant and uncertain in Jordan, to practically nonexistent in the Gulf countries. Monarchs are not seeking to take advantage of their legitimacy to engineer a process of controlled reform from the top that would prevent an escalation of demands from the bottom. As a result, their legitimacy may be eroded and they are likely to face more severe challenges in the future. (MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina, 2011:3)

2.2.2 Repúblicas árabes

Nas últimas décadas as repúblicas árabes foram sufocadas por ditaduras militares. As populações foram tolhidas de processos democráticos transparentes para escolha de seus líderes, e cerceadas de direitos fundamentais. Para aqueles que estão sob a forma de governo republicana, a primavera árabe se justifica pela própria etimologia da palavra república – do latim *res publica* –, ela nada mais é do que uma tentativa fervorosa de resgate da “coisa pública”.

A partir do cenário das repúblicas árabes nas últimas décadas, é quase um desafio encontrar semelhanças da forma de governo que vem sendo exercida nesses países com a definição de república trazida pelo jurista José Afonso da Silva:

“... designativo de uma coletividade política com características da *res publica*, no seu sentido originário de coisa pública, ou seja: coisa do povo e para o povo, que se opõe a toda forma de tirania, posto que, onde está o tirano, não só é viciosa a organização, como também se pode afirmar que não existe espécie alguma de República” (SILVA, 2006:102)

No momento a Síria apresenta-se como exemplo claro dessa situação, já que desde meados de março do ano passado, tem sido palco de revoltas populares contra o regime do ditador Bashar al Assad. Mesmo após ter concordado com a proposta inicial da Liga Árabe para retirar militares das ruas, cessar violência contra manifestantes e libertar prisioneiros, forças de segurança sírias continuaram a disparar contra civis opositores ao regime, num incessante derramamento de sangue.

As explícitas violações de Direitos Humanos tem mobilizado ativistas de várias partes do mundo, inclusive das Nações Unidas, mas: “Rússia e China, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, rejeitaram a proposta de resolução que apoiava o plano de paz da Liga Árabe e pedia que o presidente sírio, Bashar al-Assad, renunciasse ao cargo” (BBC, 2012)

No Egito houve grandes manifestações públicas que culminaram com a renúncia de Hosni Mubarak da presidência dando lugar a um governo de transição militar. Devido ao pioneirismo compartilhado com a Tunísia, e ao ineditismo dos eventos que se sucederam desde a queda de Mubarak, o caso egípcio receberá apreciação detalhada mais adiante.

Among Arab republics, only Algeria, Lebanon, Iraq and Sudan have thus far been spared the threat of a revolution (though each has witnessed popular protests in 2011). These very different states share certain common traits. Each has suffered from intense civil conflict in the recent past that might make their citizens more cautious in challenging the status quo. And, aside from General Omar Bashir, who has ruled Sudan since

1989, none is ruled by the sort of autocratic ruler with dynastic tendencies as governed Egypt, Tunisia, Libya, Yemen and Syria. (ROGAN, 2011:5)

Além da concretização de alguns de seus objetivos, as manifestações populares demonstram ainda tem como saldo positivo a prova de que é possível revolucionar pelo pacifismo e ainda assim obter resultados concretos. Tal conclusão contraria a postura dos fundamentalistas islâmicos inspirados inicialmente em Said Qutb, que pregava a militância violenta contra a própria base da sociedade, convocando a *jihad* contra um governo que é muçulmano, mas não islâmico e portanto ilegítimo e corrompido. “A ideologia de Qutb é expressamente anti-ocidental; ela rejeita não apenas o modo de viver “dissoluto” e “blasfemo” de civilização ocidental, mas igualmente a sua maneira de organizar a sociedade e o governo” (DEMANT, 2008:209)

Por mais que tenham sido violentamente reprimidos, em geral as iniciativas populares e protestos tiveram cunhos eminentemente pacíficos, fundados em técnicas de resistência civil e em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das redes sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados. “...the social media such as Facebook and Twitter allowed protesters, particularly the young, to mobilise quickly even in the absence of organisational structures and were instrumental in spreading information about the upheaval” (PACIELLO, 2011:9)

3 ESTUDOS DE CASO: TUNÍSIA E EGITO

3.1 TUNÍSIA:

A independência da Tunísia do domínio colonial francês data de 1956, mas apenas em 1959 Habib Bourguiba foi eleito para presidente da república, e logo de início estabeleceu um regime totalitário, e unipartidário a partir de 1964. Os anos 80 foram

marcados por greves e manifestações populares, reflexo da crescente insatisfação popular e da crise econômica que assolava o país. Em 1987, Bourguiba é retirado do poder através de um golpe militar, chefiado pelo seu recém-nomeado primeiro-ministro Zine el-Abidine Ben Ali.

Para evitar associações com o regime autocrático anterior, Ben Ali revoga a presidência vitalícia e estabelece a liberdade partidária. No entanto preocupado com o crescimento do fundamentalismo islâmico, e sofrendo forte oposição por parte desse grupo, o presidente bane o partido islâmico sob o pretexto de que estes eram uma organização terrorista e que ameaçavam a segurança do país.

After an early period of reconciliation, since the early 1990s, Ben Ali's regime pursued a repressive and violent policy against the Islamist al-Nahda party. Accused of being linked to violent Islamist movements, by the mid-1990s, the organisation was dismantled, their leaders were forced into exile and many activists imprisoned and tortured. (PACIELLO, 2011:3)

E apesar de ter abolido a presidência vitalícia, através de manobras fraudulentas, Ben Ali conseguiu se reeleger em 1989, 1994 e 1999, mas não sem levantar suspeitas sobre a corrupção, sobretudo nos altos postos do governo.

Desde Bourguiba, a Tunísia é um importante aliado do ocidente na repressão ao fundamentalismo islâmico e seus êxitos na repressão ou pelo menos no controle desse grupo faziam com que as potências ocidentais, limitassem as críticas a seus governos, pela falta de democracia e pelas violações dos direitos humanos. Para os aliados ocidentais como França e Estados Unidos, Ben Ali era a garantia de estabilidade para alcançar seus interesses na região e reforçar as parcerias bilaterais.

Mas as violações de direitos humanos e o cerceamento de liberdades haviam ultrapassado o nível do “tolerável” em prol dos interesses das potências ocidentais. Somadas a essas circunstâncias o desemprego, a corrupção e o completo descaso com as instituições democráticas, fizeram da Tunísia palco para os primeiros

protestos do que viria a ser conhecida como Primavera Árabe. Tunisia's political system, apparently stable, revealed unsustainable because over the last decade the regime proved increasingly incapable of addressing the most prominent socioeconomic challenges facing the country. (PACIELLO, 2011:5)

Widespread corruption, coercion and authoritarianism seriously inhibited the capacity of the Tunisian economy to ensure well-balanced development and sufficient jobs. Economic reforms were used primarily to redistribute privileges to the families of the president and his wife, to protect their vested interests, and to reinforce the regime's control over the private sector. (PACIELLO, 2011:7)

Após anos de abusos e perseguições impunes por parte de autoridades policiais locais, no dia 17 de dezembro de 2010, o jovem vendedor de frutas Mohamed Bouazizi, ateou fogo no próprio corpo em frente a um prédio público na pequena cidade de Sidi-Bouzyd. As notícias do ocorrido espalharam-se rapidamente, desencadeando protestos em prol de justiça social e liberdades políticas por todo o país. Milhares de pessoas, entre estudantes, sindicatos e partidos de oposição, protestaram contra os altos índices de desemprego, desigualdades sociais, corrupção, perseguições políticas, violência policial e falta de democracia entre outras questões.

As forças de repressão do governo promoveram verdadeiros massacres nas ruas, fotos das atrocidades cometidas começaram a circular na internet, redes sociais chocando o mundo e angariando a solidariedade pela causa. "the fact that the regime reacted through disproportionate force against protesters, particularly in the early phase of the uprising, causing numerous deaths, radicalised the movement and eroded what little was left of the regime's legitimacy" (PACIELLO, 2011:8) Diante da situação politicamente insustentável, e após sua guarda pessoal ter se voltado contra ele, Ben Ali, dissolveu o parlamento e o governo e juntamente com sua esposa obteve refúgio na Arábia Saudita, já que seus antigos aliados em Paris se recusaram a recebê-los.

Em Outubro de 2011, o país foi às urnas pela primeira vez para um pleito genuinamente democrático. A vitória foi do *Ennahdah*, partido moderado islamista. “Ennahda has emancipated itself from the positions it held in the seventies and eighties, when it tried to re-Islamise Tunisian society. Nowadays the party's strategy is to come closer to the reality of life in Tunisian society, instead of trying to convert it”. (ABDELJELIL, 2011) E Moncef Marzouki, um conhecido ativista de direitos de longa data e crítico ferrenho do regime de Ben Ali, é agora o novo presidente da Tunísia. O novo governo de coalizão reúne islamistas, liberais e esquerdistas, uma ampla plataforma democrática raramente vista no mundo árabe. Essa transição democrática, a elaboração da nova Constituição e a execução das leis deve refletir os valores que levaram o povo à revolução. Valores que emanam da coletividade, e que vão conduzir a construção de um sistema consolidado sobre os pilares da liberdade, dignidade, igualdade e boa governança.

“Tunisia now has the chance to repair some of the many flaws in the Arab political fabric - lack of accountability, in-built corruption, an estranged political elite with little connection to wider society, marginalisation of women from political leadership and an Islamist-secularist dichotomy entrenched through state propaganda.” (KHERIGI, 2011)

Dar um novo rumo à economia do país, outrora dominada pelos comparsas de Bem Ali, e empregar milhares de tunisianos – muitos dos quais qualificados – contrariando o alto índice de desemprego herdado do regime anterior são apenas alguns dos desafios emergenciais. “The economy is a major concern. Its weaknesses and imbalances were masked by the previous regime and have been worsened by the, hopefully temporary, collapse in tourism to the country” (WILLIS, 2011:10)

Por essas razões, mesmo com os êxitos políticos já alcançados, como a eleição de um corpo parlamentar que representa sua pluralidade e com a inauguração da Assembléia Constituinte, por cautela, os tunisianos ainda aguardam a concretização das mudanças econômicas e sociais que os levaram às ruas, para julgar o movimento como bem sucedido. “Tunisia has become something of a trailblazer and thus sets itself as the potential benchmark for what most of those protesting on the streets of

the region from Cairo to Misrata, Manama and Homs seek to achieve” (WILLIS, 2011:8)

O equilíbrio diante das turbulências do processo transitório e maturidade empregada no enfrentamento dos últimos desafios indicam um prognóstico positivo para a consolidação democrática da Tunísia, e um exemplo para o restante do mundo árabe.

The revolution itself and the democratic elections which followed it have given the lie to the widely-held view that the Muslim Arab world is incapable of democracy and freedom. They have disproved decades-old theories about the clash of cultures or the end of history. This is where history begins again. (ABDELJELIL, 2011)

O caso tunisiano desmistificou antigos dogmas ocidentais em relação ao mundo árabe. Os protestos, a surpresa de uma população demandante, mostraram que os governos autoritários não são inerentemente estáveis. A realização de eleições diretas livres, a formação de um parlamento representativo, onde islamistas e secularistas trabalham para harmonizar suas políticas em prol do eleitorado e ascensão de um presidente engajado na luta pelo respeito aos direitos dos cidadãos são a prova de que a democracia é compatível com o mundo árabe. Por fim, ainda mostrou que a população árabe necessita dos mesmos direitos e garantias que o trabalhador, estudante ou eleitor ocidental, e que é capaz de promover a mudança que precisa independente de intervenção estrangeira.

3.2 – EGITO:

O pan-arabismo chegou ao seu auge na década de 1950, e teve no Egito sua expressão mais radical. Com o apoio do exército a revolução de 1952, levou ao poder Gamal Abdul Nasser, numa manobra que ficou conhecida como golpe dos Oficiais Livres. Carismático e nacionalista, o novo líder tornou-se um símbolo do pan-arabismo. “Nasser era progressista sem ser anti-religioso nem marxista, mas levou a

cabo, de fato a industrialização e o desenvolvimento econômico da agricultura egípcia sem sacrificar um certo ideal de justiça social” (DEMANT, 2008:105)

A administração nasserista foi marcada por dois acontecimentos principais que não por acaso são reflexos diretos da doutrina pan-arabista e suma expressão de um nacionalismo levado às últimas consequências. Planejando alcançar o desenvolvimento da agricultura, mas sem capital para financiar as obras de irrigação no Nilo, em 1956 Nasser decide unilateralmente nacionalizar o Canal de Suez. Tal medida levou o Egito à guerra contra uma coligação formada por Reino Unido, França e Israel.

Mesmo perdendo o conflito e temporariamente a península do Sinai, Nasser soube tirar proveito da derrota. Sua ousadia na defesa do interesse nacional diante das potências colonizadoras lhe garantiu prestígio por todo o mundo árabe, permitindo-o pouco tempo depois unir Egito e Síria na criação da breve e turbulenta República Árabe Unida. “A fusão de Síria e Egito em um único Estado constitucionalmente unitário, em fevereiro de 1958, demonstrou que a unidade árabe não era mais um sonho; por três anos e meio ela foi uma realidade concreta”. (FERABOLLI, 2008:60)

O Egito estava engajado num caminho de desenvolvimento estatal, vagamente socialista e expressamente pan-árabe. O preço pago foi a perda da liberdade: o Egito como tantos outros países árabes, se tornou um Estado repressor que proibiu partidos políticos religiosos e negou a liberdade de expressão em nome das necessidades da nação (DEMANT, 2008:205)

A repressão política, a privação de direitos e liberdades, a banalização da corrupção, e uma população cada vez mais pobre e insatisfeita atestavam o fracasso da política desenvolvimentista egípcia, e sinalizavam a derrocada do nacionalismo árabe secular. Com o falecimento de Nasser em 1970, Anwar Al Sadat o sucedeu. Apesar das drásticas mudanças no âmbito da política externa, como o afastamento da URSS e alinhamento com os Estados Unidos e a celebração do Acordo de Paz com Israel em 1979, internamente pouco mudou, os problemas sociais, econômicos seguiam

assolando a população e qualquer oposição, política ou religiosa, era suprimida de maneira violenta. Em 1981, Sadat foi assassinado por um soldado fundamentalista islâmico, tendo sido sucedido por Hosni Mubarak.

“... a liberalização econômica e a dependência militar e de exportações alimentícias dos EUA só se aprofundou. As reformas impopulares que o FMI (Fundo Monetário Internacional) impôs ao Egito para controlar sua dívida externa provocaram protestos violentos, que grupos fundamentalistas não deixaram de explorar. Em 1986 até as próprias tropas do regime se rebelaram e depredaram boates em Giza”

Assim como os governos Nasser e Sadat, o de Mubarak foi marcado pelo autoritarismo, garantido por um exército forte e um parlamento fraco. Embora tenha permitido dissidências políticas inofensivas e regrada liberdade de mídia, o novo presidente seguiu dando continuidade a um regime que pouco tinha mudado desde o golpe dos Oficiais Livres em 1952.

Se manifestações populares puderam derrubar um regime opressor e corrupto na Tunísia, podia ser que a mesma tática funcionasse em outros países, principalmente quando estes compartilham regimes e mazelas. Em 25 de janeiro de 2011, este raciocínio lógico, carregado de expectativas, e ansiedade levou a população às ruas e no dia 11 de fevereiro do mesmo ano, derrubou a trigenária ditadura de Hosni Mubark. Os protestos foram motivados por uma combinação de razões econômicas e políticas, residindo nas últimas o principal foco do problema.

Egyptians have long been faced with economic constraints, a lack of jobs, and a growing disparity between rich and poor, but there is a strong sense that the economic hardship was caused by the Mubarak regime. There is also a widespread belief that the government hasn't done anything to remedy the situation. (BROWN, Nathan J; DUNNE, Michele; MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina, 2011)

O ambiente necessário para a revolução já estava pronto há mais de vinte anos de violência policial, leis de estado de exceção, desemprego, inflação, más condições de

vida, fúria popular acumulada por anos de repressão, uma economia que recompensava uma elite corrupta e mantinha a esmagadora maioria da população na miséria e insatisfação generalizada com o mesmo presidente há décadas no cargo. O êxito das manifestações populares na Tunísia encorajou os egípcios a finalmente tomarem uma postura demandante em relação à inércia do governo. “The upheaval in Tunisia, however, helped embolden Egyptians and demonstrated that a crowd can bring down a president. And protests in Egypt led to a crisis much faster than protests did in Tunisia”. (BROWN, Nathan J; DUNNE, Michele; MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina, 2011) Não é coincidência que pouco mais de um mês separa a queda de Ben Ali e o início dos protestos no Egito.

Teoricamente a saída de Mubarak desobstruiria o caminho rumo a uma democracia verdadeira e transparente e à implementação dos princípios do Estado de Direito, igualdade jurídica, sufrágio universal e separação dos poderes. No entanto, o país continua enfrentando alguns obstáculos. Desde a queda do regime Mubarak, o Egito vem sendo governado pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, que se comprometeu em promover a transição rumo à democracia. No entanto, a junta militar anunciou que o parlamento terá um papel subordinado, com poderes limitados até a ratificação da nova constituição e da eleição do novo presidente, ambos prometidos para o final de junho de 2012.

Na primeira eleição parlamentar realizada desde a queda do regime Mubarak, juntos, dois grupos islamistas dominaram os resultados, ganhando cerca de 70% dos assentos. O resultado indica o profundo conservadorismo cultural do eleitorado egípcio, que pela primeira vez após mais de seis décadas pôde participar de um pleito livre e justo.

“Among the remaining roughly 30 percent of parliamentary seats, the next largest share was won by the Wafd Party, a liberal party recognized under Mubarak and with roots dating to Egypt’s colonial period. It was trailed by a coalition known as the Egyptian Bloc which included the Free Egyptians, business-friendly liberal party founded by a Coptic Christian

businessman. A coalition of parties founded by the young leaders of the revolt won only a few per cent of the seats.” (SAU, 2012:2)

Para completar formalmente o processo transitório, o Egito ainda terá que cumprir três desafios fundamentais: completar as eleições parlamentares; eleger um presidente e transferir o poder executivo interinamente exercido pelos militares de volta para o governo civil; e redigir uma nova constituição. (OTTAWAY, Marina. 2012) Materialmente, a transição para a democracia está só começando, e as instituições e regras recém estabelecidas devem estar consolidadas para enfrentar sem maiores turbulências os desafios vindouros, sejam estes econômicos, sociais ou políticos.

CONCLUSÃO

A Primavera Árabe tem revelado ao mundo toda a heterogeneidade de uma região de Estados com história, estrutura social, percursos econômicos e políticos distintos, que vivenciam o momento com intensidades bem diferentes. Desertos, fundamentalismo islâmico, terrorismo e burca compunham o estereótipo de uma região conhecida como “barril de pólvora”. Os protestos mostraram no deserto havia cidadãos insatisfeitos, que as demandas não eram apenas direcionadas para Alá, que sob as burcas havia insatisfações, e que do terrorismo eram em sua maioria vítimas.

Governos repressores limitavam as liberdades, cerceavam direitos básicos, sufocavam instituições democráticas, e seguiam inertes diante dos problemas socioeconômicos e estruturais de seus países. De fato o “barril de pólvora” estourou, mas, para isso dispensou mísseis, armas nucleares, tensões israelo-árabes, crise de petróleo, a faísca veio de onde menos se esperava, de dentro. Ao atear fogo no próprio corpo o tunisiano Mohamed Bouazizi colocou em chamas todo o sistema de governo.

A primavera árabe deu início a um processo de mudanças que atravessará os próximos anos. Demandas por reformas políticas continuarão em todos os países da

região, mas considerando a profunda heterogeneidade frisada durante todo este trabalho, os resultados desse processo serão distintos em cada país. As variações muito provavelmente, serão em consequência dos seus sistemas de governo e da abertura política que ele proporcione, mas principalmente em razão da sub-região na qual estejam inseridos, no Norte da África, no coração do Oriente Médio ou na Península Arábica.

Após anos de privações políticas e restrição de liberdades, levará algum tempo aqui que as instituições democráticas sejam plenamente restauradas. Tunísia e Egito seguem cumprindo esse desafio em ritmos diferentes, mas assim como alguns de seus vizinhos, já deixaram clara a renúncia ao autoritarismo e a opção garantista pelo Estado de direito. Em ambos os casos, grupos islamistas ganharam as eleições parlamentares, reafirmando sua postura na vanguardista na luta contra governos autoritários de elites minoritárias. Em pronunciamentos recentes, representantes dos grupos islamistas reafirmaram seu compromisso com a democracia, reconhecendo inclusive a importância de atores políticos secularistas para promover o desenvolvimento da região, focando nos problemas econômicos e sociais.

Nesse processo rumo à abertura democrática, Tunísia vive um momento praticamente inédito na sua história, tendo eleito um parlamento que reflete a pluralidade e a vontade do seu povo, e um presidente comprometido com a consolidação das conquistas alcançadas na primavera árabe. O Egito vem enfrentando um caminho mais difícil, e apesar de já promovido eleições parlamentares, o poder executivo segue temporariamente comandado pela junta militar que assumiu o governo após a queda de Mubark. Guardadas as devidas proporções e considerando adaptações ambos os países já servem de exemplo para os demais vizinhos, pois já conseguiram alcançar níveis mais altos de liberdades políticas.

Apesar de representarem o êxito político do movimento, os novos governos ainda terão que enfrentar uma prova de fogo: executar reformas econômicas e sociais. Dada a atual crise econômica global, suprir as necessidades de seus cidadãos mais

que um dever, será um desafio. Os novos governos serão julgados em consonância com o seu sucesso em fomentar o crescimento econômico, a criação de empregos e em garantir a prestação de serviços chaves como saúde, educação e moradia.

REFERÊNCIAS

ABDELJELIL, Jameleddine Ben. *Ennahda and the Challenges of Democracy*. Qantara, 11 nov. 2011. Disponível em: < <http://en.qantara.de/Ennahda-and-the-Challenges-of-Democracy/17745c39/index.html>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

BBC. *ONU pede a Assad que interrompa 'banho de sangue' na Síria*. BBC Brasil, Internacional, 29 jan. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/01/120129_siria_onu_ban_mm.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BROWN, Nathan J; DUNNE, Michele; MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina. *Egypt After Mubarak*. Carnegie Endowment, 1º fev. 2011. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2011/02/01/egypt-after-mubarak/1wwz>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. 2.ed. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

FERABOLLI, Sílvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-Arabista*. Curitiba: Juruá, 2008.

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações: e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

KHERIGI, Intissar. *Tunisia: The calm after the storm*. Al Jazeera, 28 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2011/11/2011112894152877351.html>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

LEWIS, Bernard. *O Oriente Médio: do advento do cristianismo aos dias de hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

MUASHER, Marwan; OTTAWAY, Marina. *ARAB MONARCHIES Chance for Reform, Yet Unmet*. Washington: The Carnegie Papers, 2011.

OTTAWAY, Marina. *Egypt's Transition: Finding a Way Out of the Vicious Circle*. Carnegie Endowment, 6 fev. 2012. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2012/02/06/egypt-s-transition-finding-way-out-of-vicious-circle/9g74>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

PACIELLO, Maria Cristina. Tunisia: Changes and Challenges of Political Transition. MEDPRO Technical Report No. 3. 2011

ROGAN, Eugene L. (2011). 'Regional Overview'. In: The Arab Spring. Implications for British Policy. Conservative Middle East Council: London 2011, pp. 4-7.

_____, Eugene L. (2009). 'The Emergence of the Middle East into the Modern State System'. In: FAWCETT, Louise (Ed.). International Relations of the Middle East. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, pp. 21-43.

SAU, Ranjit. *Flowers of the Arab Spring: Fruits to Come?* Frontier Weekly, 2 mar. 2012. Disponível em: <<http://frontierweekly.com/views/feb-12/3-2-12%20-Flowers%20of%20the%20Arab%20Spring%20-Fruits%20to%20Come%20-Ranjit%20Sau.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 26.ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

SMITH, C. G. *The Emergence of the Middle East*. Journal of Contemporary History, vol. 3, n. 3, pp. 3-17. 1968. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/259695>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

WILLIS, Michael J.. (2011). Tunisia: the Trailblazer and the Benchmark. In: The Arab Spring. Implications for British Policy. Conservative Middle East Council: London 2011, pp. 8-12.